



Comunicado de Imprensa

Luxemburgo, 4 de outubro de 2021

Estratégia florestal da UE: resultados positivos, mas limitados

Embora o coberto florestal na UE tenha aumentado nos últimos 30 anos, a condição das florestas está a deteriorar-se. As práticas de gestão sustentável são fundamentais para manter a biodiversidade e fazer face aos efeitos das alterações climáticas nas florestas. Um relatório especial do Tribunal de Contas Europeu (TCE) faz o balanço da estratégia florestal da UE para o período de 2014-2020 e das principais políticas da União neste domínio. O relatório salienta que, nas zonas em que a UE tem plena competência para agir, a Comissão Europeia poderia ter adotado medidas mais firmes para a proteção das florestas da União. Por exemplo, é possível desenvolver mais esforços para combater a exploração madeireira ilegal e direcionar mais as medidas florestais de desenvolvimento rural para a biodiversidade e as alterações climáticas.

O financiamento das zonas florestadas pelo orçamento da UE é muito inferior ao da agricultura, apesar de a superfície coberta por floresta e a superfície para uso agrícola serem quase idênticas. O financiamento da silvicultura representa menos de 1% do orçamento da PAC, centrando-se no apoio a medidas de conservação e à plantação e recuperação de superfícies florestais. Noventa por cento dos fundos da UE afetados à silvicultura são canalizados através do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER).

"As florestas da UE são multifuncionais, contribuindo para objetivos ambientais, económicos e sociais. A definição de limites ecológicos, por exemplo na utilização das florestas para produção de energia, é um processo em curso", afirmou Samo Jereb, Membro do Tribunal de Contas Europeu responsável pelo relatório. "As florestas podem funcionar como importantes sumidouros de dióxido de carbono e ajudar-nos a atenuar os efeitos das alterações climáticas, tais como incêndios florestais, tempestades, secas ou a perda de biodiversidade, mas apenas se estiverem em bom estado. É responsabilidade da Comissão Europeia e dos Estados-Membros intensificar as medidas para garantir a resiliência das florestas."

O objetivo do presente comunicado de imprensa é apresentar as principais mensagens do Relatório Especial adotado pelo Tribunal de Contas Europeu. O texto integral está disponível em www.eca.europa.eu.

ECA Press

12, rue Alcide De Gasperi – L-1615 Luxembourg

E: press@eca.europa.eu @EUAuditors eca.europa.eu

O TCE constatou que as principais políticas da UE dão resposta às questões da biodiversidade e das alterações climáticas nas florestas da União, mas têm pouco impacto. Por exemplo, apesar de o Regulamento da UE relativo à madeira proibir a colocação de madeira e produtos de madeira extraída ilegalmente no mercado da União, a exploração madeireira ilegal continua a ser uma realidade. Existem insuficiências na forma como os Estados-Membros garantem a aplicação do Regulamento, e faltam muitas vezes controlos eficazes, também da parte da Comissão. A teledeteção (dados de observação da Terra, mapas e fotografias com geomarcação) tem grande potencial para um acompanhamento eficaz em termos de custos em zonas de grande dimensão, mas a Comissão não a utiliza de forma sistemática.

A UE adotou várias estratégias para fazer face ao fraco estado das florestas da União em termos de biodiversidade e conservação. Contudo, o TCE concluiu que a qualidade das medidas de conservação para os *habitats* florestais continua a ser problemática. Apesar de 85% das avaliações de *habitats* protegidos indicarem um estado de conservação mau ou fraco, a maioria das medidas de conservação visa manter esse estado, e não restabelecê-lo. Em alguns projetos de florestação, o TCE observou agregados de monocultura. A mistura de espécies de árvores teria aumentado a biodiversidade e a resiliência a tempestades, secas e pragas.

O TCE conclui que as medidas de desenvolvimento rural tiveram pouco impacto na biodiversidade florestal e na resiliência às alterações climáticas, em parte devido às parcas despesas com as florestas (na prática, 3% de todas as despesas de desenvolvimento rural) e às insuficiências na conceção das medidas. A simples existência de um plano de gestão florestal (uma das condições para receber financiamento do FEADER) oferece poucas garantias de que o financiamento seja direcionado para atividades ambientalmente sustentáveis. Além disso, o sistema comum de acompanhamento da UE não mede os efeitos das medidas florestais na biodiversidade e nas alterações climáticas.

Informações de base

A UE subscreveu acordos internacionais (a Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, nomeadamente o seu Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 15) e, por isso, tem de respeitar uma série de objetivos diretamente relacionados com a biodiversidade das florestas. Além disso, os tratados da UE instam a União a trabalhar em prol do desenvolvimento sustentável da Europa. Porém, o relatório de 2020 sobre o estado das florestas da Europa concluiu que estas se estão a deteriorar. Outros relatórios e dados dos Estados-Membros confirmam que o estado de conservação das florestas da UE está em declínio.

A Comissão apresentou a nova estratégia da UE para as florestas em julho de 2021.

O Relatório Especial 21/2021 do TCE, intitulado *Biodiversidade e combate às alterações climáticas nas florestas da União: o financiamento da UE teve resultados positivos, mas limitados*, está disponível no sítio Web do TCE (eca.europa.eu).

Contactos para a imprensa

Serviço de imprensa do TCE: press@eca.europa.eu

- Cláudia Spiti: claudia.spiti@eca.europa.eu – Telemóvel: (+352) 691 553 547
- Vincent Bourgeais: vincent.bourgeais@eca.europa.eu – Telemóvel: (+352) 691 551 502